

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 6 – nº 7, julho de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, julho, 2000, vol. 6, nº 7.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 424,1 milhões no mês de julho. Desse montante, o Tesouro Nacional contribuiu com resultado positivo de R\$ 1,2 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 653,1 milhões e R\$ 98,7 milhões, respectivamente. No ano, o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 15,7 bilhões, contra R\$ 14,8 bilhões obtidos em igual período de 1999.

Em julho, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 424,1 milhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jun	Jul	Jan-Jul	
	2000	2000	1999	2000
I. RECEITA TOTAL	18.198,5	18.588,7	117.946,3	130.902,5
I.1. Receitas do Tesouro	13.778,8	14.042,2	91.639,0	101.032,3
I.1.1 Receita Bruta	14.958,7	15.273,3	94.236,8	105.110,3
I.1.2. (-) Restituições	(1.127,2)	(1.143,6)	(2.111,1)	(3.473,1)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(52,6)	(87,6)	(486,7)	(605,0)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.419,7	4.546,6	26.307,3	29.870,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.009,9	3.170,8	20.032,4	22.928,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.188,6	15.418,0	97.913,9	107.974,0
IV. DESPESA TOTAL	13.574,8	14.895,1	82.753,2	91.869,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.490,3	5.102,9	27.904,5	31.710,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.056,7	5.199,7	30.710,6	34.186,4
IV.3. Custeio e Capital	4.027,8	4.592,5	24.138,0	25.972,1
IV.3.1. Despesas do FAT	374,4	505,9	3.050,7	3.128,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	79,1	164,3	1.208,1	1.019,1
IV.3.3. Outras Despesas	3.574,3	3.922,3	19.879,2	21.824,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.613,8	522,9	15.160,7	16.104,7
V.1. Tesouro Nacional	2.250,8	1.176,0	19.564,0	20.420,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(637,0)	(653,1)	(4.403,3)	(4.316,2)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(52,6)	(98,7)	(397,2)	(415,0)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.561,2	424,1	14.763,5	15.689,7
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,62%	2,33%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES	
Acumulado: Jul2000/Jul1999	
Receitas	11,0%
Tesouro	10,3%
Previdência	13,5%
Transferências	14,5%
Receita Líquida	10,3%
Despesas	11,0%
Benefícios	11,3%
Pessoal	13,6%
Custeio e Capital	7,6%

Como proporção do PIB estimado para o período, o resultado acumulado do Governo Central caiu 0,3 ponto percentual em relação ao desempenho dos primeiros sete meses de 1999. Esse comportamento está associado principalmente à redução de 1,4 ponto percentual nas receitas do Governo Central, resultado da arrecadação extraordinária verificada naquele ano, sem a mesma correspondência em 2000. Em julho de 1999, houve arrecadação de R\$ 1,6 bilhão devido à desistência de ações judiciais e conseqüente pagamento de débitos em atraso, o que não ocorreu este ano. Além disso, vale lembrar que não foram registradas receitas provenientes da conta petróleo em

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
Acumulado Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	20,9%	19,5%
Transferências	3,5%	3,4%
Receita Líquida	17,3%	16,1%
Despesa Total	14,7%	13,7%
Resultado Primário	2,6%	2,3%

2000 e que as antecipações de parcelas decorrentes da concessão do sistema Telebras perfizeram, até julho deste ano, R\$ 305,4 milhões contra R\$ 4,7 bilhões ocorridas em idêntico período de 1999.

Por outro lado, é importante destacar que houve redução nas despesas do Governo Central equivalente a 1,0 ponto percentual do PIB, com destaque para os itens "custeio e capital" e "benefícios previdenciários". A redução dos gastos com custeio e capital em relação ao PIB foi de 0,4 ponto percentual, e está associada à execução de despesas pelo Tesouro, em consonância com a realização das receitas e as metas fiscais estabelecidas para o ano. Os gastos com benefícios previdenciários, por sua vez, também caíram 0,4 ponto percentual até o mês de julho, de modo que o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi reduzido em relação a 1999 em 0,2 ponto percentual do PIB.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Acumulado Jan-Jul (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,5%	3,0%
Previdência Social	-0,8%	-0,6%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	2,6%	2,3%

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até julho foi de R\$ 20,4 bilhões, equivalente a 3,0% do PIB.

O Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 20,4 bilhões, contra R\$ 19,6 bilhões obtidos em igual período de 1999. Em relação ao PIB, houve redução de 0,5 ponto percentual, tendo passado de 3,5%, naquele ano, para 3,0% em 2000. As receitas do Tesouro cresceram 10,3% em termos nominais, mas foram 1,2 ponto percentual do PIB menores do que as do ano anterior, o que se deve à arrecadação de receitas extraordinárias em 1999, sem a mesma ocorrência este ano. Quanto às despesas, o item "pessoal e encargos" cresceu devido ao pagamento de parcelas relativas aos 28,86% para os servidores do executivo e ao realinhamento salarial de algumas carreiras estratégicas do governo. O item "custeio e capital" cresceu relativamente menos no período: 7,6% em termos nominais; mas foi 0,4 ponto percentual do PIB menor do que em 1999. Atualizadas pelo IGP-DI (a preços de julho de 2000), essas despesas apresentam redução de 2,5%, com média de R\$ 4,0 bilhões em 1999, e de R\$ 3,9 bilhões ao longo do período.

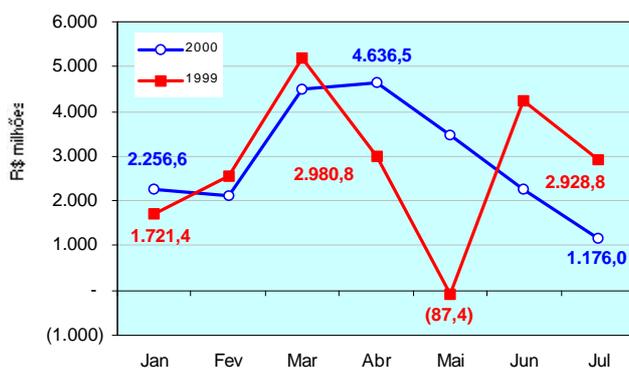
**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Jul (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,2%	15,0%
Transferências	3,5%	3,4%
Despesas do Tesouro	9,2%	8,6%
Resultado Primário	3,5%	3,0%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Superávit do Tesouro Nacional

Brasil, 1999/2000



As transferências a estados e municípios atingiram 3,4% do PIB nos sete primeiros meses deste ano, situando-se 0,1 ponto percentual abaixo do registrado em igual período de 1999. Cumpre mencionar que em 1999 verificou-se arrecadação extraordinária de tributos partilhados, sobretudo do IRPJ e IRRF sobre aplicações em fundo de renda fixa, contribuindo para a elevação das transferências constitucionais. Por outro lado, ainda que as transferências tenham apresentado, no mesmo período de comparação, crescimento nominal de 14,5%, as mesmas não foram suficientes para manter o mesmo percentual do PIB em relação ao ano anterior.

Quanto aos repasses a estados e municípios decorrentes da Lei Complementar nº 87/96, a redução foi de R\$ 650,7 milhões em termos nominais, ou cerca de 0,2 ponto percentual do PIB. Tal comportamento associa-se ao fato de que nos primeiros meses de 1999 foram efetuadas transferências extraordinárias, em decorrência da alteração na metodologia de cálculo dos repasses. Naquele período, ademais, foram transferidos recursos adicionais autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98. Registre-se também que, em função da MP nº 1.816/99, que estabeleceu o recálculo dos valores devidos a estados e municípios, foram efetuadas, em julho de 1999, transferências aos municípios no montante de R\$ 259,0 milhões, sem correspondência este ano. Quanto aos créditos gerados para os estados, em função de tal instrumento, os mesmos foram utilizados, a partir de então, no abatimento de dívidas.

As demais transferências totalizaram, no período de janeiro a julho de 2000, R\$ 3,0 bilhões contribuindo para um crescimento equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparado ao mesmo período de 1999. Os principais fatores explicativos de tal comportamento foram o pagamento de R\$ 966,9 milhões em *royalties* da Petrobras (conforme disposto na Lei nº 9.478/97), sem correspondência naquele ano, e a transferência de R\$ 382,9 milhões aos estados, conforme disposto na Lei nº 9.988/2000 (vide boxe 1). As transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação apresentaram incremento nominal de R\$ 155,8 milhões, principalmente devido ao recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999 ter ocorrido em janeiro deste ano, e não no próprio mês de dezembro, como nos anos anteriores.

A receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 15,3 bilhões em julho, apresentando um incremento de R\$ 314,6 milhões em relação ao mês anterior. A arrecadação do mês foi influenciada pelo pagamento da cota única ou primeira cota do IRPJ (a arrecadação de tal tributo cresceu R\$ 811,4 milhões), pelo recolhimento da CSLL relativa à apuração trimestral encerrada em junho (incremento de R\$ 376,2 milhões) e pelo ingresso de R\$ 305,4 milhões

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	2,9%	2,7%
Desoneração do ICMS	0,5%	0,3%
Demais	0,2%	0,5%
Total	3,5%	3,4%

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Jul		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	851,2	1.007,0
Royalties Lei 9478	-	966,9
Fundef	321,1	298,8
Outras	207,3	776,2
Total	1.379,6	3.048,8

Boxe 1- Lei nº 9.988/2000 Transferências a Estados

Por meio de tal instrumento legal, a União emitiu R\$ 382,9 milhões em Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT) para os Estados e DF. Tais títulos, poderão ser utilizados para pagamento de dívidas daqueles entes com a União decorrentes da reestruturação da dívida externa (BIB, BEA e Clube de Paris), dos refinanciamentos sob o amparo das Leis nº 7.976/89, 8.727/93 e 9.496/97 e MP nº 1.983-48/99.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional foi positivamente afetada pelo recolhimento do IRPJ e CSLL, bem como pelo ingresso de parte dos recursos referentes à concessão do Sistema Telebras.

decorrente da antecipação, para o final daquele mês, de parte dos valores relativos à parcela de concessão do sistema Telebras vencível em 04/08/2000.

As restituições totais da Receita Federal permaneceram no patamar de R\$ 1,1 bilhão em função, principalmente, do pagamento do segundo lote de restituições do IRPF. Essas restituições totalizaram R\$ 1,0 bilhão em julho, contra R\$ 819,8 milhões em junho. Nos demais tributos e contribuições, as restituições reduziram-se de R\$ 307,4 milhões para R\$ 128,2 milhões.

As receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) perfizeram de R\$ 102,7 milhões no mês, contra R\$ 106,6 milhões registrados em junho. No ano, as receitas totais do programa atingiram R\$ 431,4 milhões (cerca de R\$ 107,9 referente a contribuições previdenciárias), sendo o número de optantes superior a 82 mil. Cabe mencionar que, uma vez encerrado o prazo de opção ao final de abril, os acréscimos ocorridos no número de optantes decorrem da inclusão de empresas que fizeram a opção dentro daquele período, mas que deixaram de cumprir formalidades que acarretaram a não confirmação da mesma.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a julho, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 105,1 bilhões, superior em 11,5% à receita obtida em igual período de 1999. No entanto, como proporção do PIB, a arrecadação reduziu-se em 1,1 ponto percentual, decorrente de fatores atípicos que contribuíram para elevação das receitas em 1999, sem correspondente neste ano. A redução foi mais expressiva nos impostos (IR, IPI, e outros) cuja queda no período foi equivalente a 1,0 ponto percentual do PIB.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	8,3%	7,3%
Imposto de Renda	5,4%	4,8%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,4%	0,9%
Contribuições Sociais	5,9%	6,8%
Cofins	3,0%	3,2%
CPMF	0,4%	1,3%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,7%	1,5%
Demais	2,4%	1,6%
Conta Petróleo	0,4%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	1,1%	0,3%
Outras	0,8%	1,0%
Total Bruto	16,7%	15,6%

As contribuições sociais, por outro lado, apresentaram incremento equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 1999. Destaque-se o acréscimo de 0,9 ponto percentual no recolhimento da CPMF em função da reintrodução da cobrança com alíquota de 0,38%, a partir de 17.06.99, o que gerou receita de R\$ 8,4 bilhões em 2000, contra R\$ 2,1 bilhões em 1999. A arrecadação da Cofins também apresentou acréscimo equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB devido ao aumento da alíquota de 2% para 3%, e a obrigatoriedade do pagamento desta pelas instituições financeiras. O recolhimento da Cofins atingiu R\$ 21,5 bilhões nos sete primeiros meses do ano, contra R\$ 17,0 bilhões em igual período de 1999.

Até julho deste ano, a arrecadação de depósitos judiciais e administrativos totalizou R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 1,0 bilhão em idêntico período de 1999. Os maiores ingressos ocorreram em março e junho, quando

foram recolhidos aos cofres da União, respectivamente, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 596,5 milhões, referentes a tributos diversos administrados pela Receita Federal (CSLL, IRPJ, PIS/Pasep, IRRF etc.).

As demais receitas do Tesouro Nacional reduziram-se em R\$ 3,3 bilhões no período em análise, passando de 2,4% do PIB em 1999, para 1,6% neste ano. Os principais fatores que contribuíram para este comportamento foram o pagamento de concessões de serviços, que perfizeram R\$ 6,2 bilhões em 1999, contra R\$ 2,1 bilhões este ano, e a ausência de superávits da conta petróleo em 2000, contra R\$ 2,2 bilhões registrados nos primeiros sete meses de 1999.

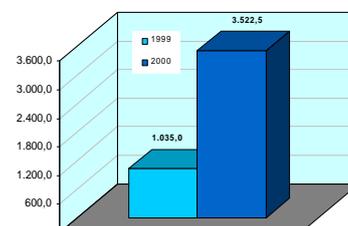
Registre-se, adicionalmente, o crescimento de R\$ 2,5 bilhões no item “outras receitas”, entre as quais destacam-se: i) as receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta (R\$ 489,2 milhões); ii) o recolhimento de *Royalties* pela Petrobras e por Itaipu binacional (R\$ 1,3 bilhão e R\$ 207,5 milhões, respectivamente), sem correspondência em igual período de 1999; e iii) as receitas do Refis no montante de R\$ 323,6 milhões, também sem correspondência em 1999.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional aumentaram cerca de R\$ 1,2 bilhão ou 13,8%, em relação ao mês de junho. O aumento mais significativo ocorreu na despesa com pessoal e encargos sociais, R\$ 612,6 milhões, em decorrência da concentração do pagamento das férias e do adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram 35,1% em relação ao mês anterior. Em julho, houve transferência de recursos às instituições financeiras para pagamento da primeira parcela de 2000, relativa ao abono salarial devido aos trabalhadores. Para o custeio desse benefício foram liberados R\$ 50,0 milhões para o PIS e R\$ 14,0 milhões para o Pasep. Para pagamento do seguro desemprego foi liberado o montante de R\$ 398,0 contra R\$ 337,6 milhões no mês anterior.

Relativamente aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve aumento de R\$ 85,2 milhões em relação a junho, sendo a maior parte relacionada aos subsídios à agricultura. As despesas com o Programa das Operações Oficiais de Créditos passaram de R\$ 63,1 milhões em junho, para R\$ 150,7 milhões em julho, basicamente devido ao aumento na despesa com equalização das operações de “Aquisições do Governo Federal” (AGF), bem como, com a equalização de taxas do Pronaf. Em relação ao AGF, a não realização de leilões dos produtos disponíveis, motivada pelos preços praticados

Recolhimento de Depósitos Judiciais
(Acumulado no ano em R\$ milhões)



DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Acumulado Jan-Jul

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	13.812,4	10.507,5
Conta Petróleo	2.120,3	-
Dividendos da União	907,9	1.362,3
Concessões	6.206,7	2.096,2
Outras	4.577,5	7.049,0

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

O aumento das despesas de pessoal em relação ao mês anterior está relacionada a fatores sazonais, como o pagamento de férias e de parcela do 13º salário do funcionalismo do Poder Executivo.

no mercado, afetou a receita do programa. A despesa, por sua vez, foi influenciado pelo maior volume de aquisições no período, especialmente de arroz. No caso do Pronaf, a concentração de vencimentos no mês redundou em aumento da despesa com rebate. Foram gastos, ainda, R\$ 60,2 milhões com as equalizações de taxas de financiamentos aos exportadores, no âmbito do Proex.

As demais despesas de custeio e capital aumentaram 9,7%, correspondente a um acréscimo de R\$ 348,0 milhões, de junho para julho. A maior parte desses gastos ocorreu em favor de ações relevantes do governo, principalmente nas áreas de agricultura, educação, saúde, desenvolvimento urbano, integração nacional, desenvolvimento agrário, dentre outras.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

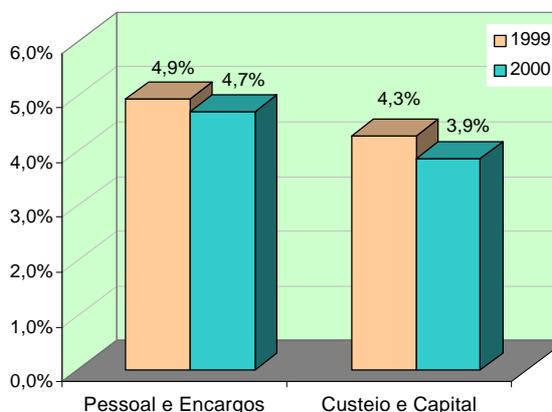
No período de janeiro a julho de 2000, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 0,6 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 1999. Enquanto nas despesas com pessoal e encargos a redução foi equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, os gastos de custeio e capital apresentaram queda correspondente a 0,4 ponto percentual.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	4,94%	4,71%
Custeio e Capital	4,28%	3,86%
Despesas do FAT	0,54%	0,47%
Subsídios e Subvenções	0,21%	0,15%
Outras	3,52%	3,24%

Em termos nominais, houve aumento de 13,6% nas despesas com pessoal refletindo o realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo. Registre-se também que, nos meses de janeiro e junho deste ano, ocorreram o pagamento da segunda e terceira parcelas do passivo relativo à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores públicos civis do Poder Executivo, contra apenas uma em julho de 1999.

De janeiro a julho de 2000, as despesas do Tesouro reduziram-se em 0,6 ponto percentual do PIB.

Despesas do Tesouro Nacional
(acumulado até julho, em % do PIB)



As despesas com abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais do FAT mantiveram-se praticamente constantes em percentual do PIB, embora em termos nominais tenham-se elevado ligeiramente como decorrência da liberação do primeiro lote do abono salarial, ocorrida em julho de 2000. Em 1999, tal lote foi liberado em agosto.

Em valores nominais, os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram redução de 15,6%, comparativamente a 1999, sendo de 14,9% a diminuição das despesas com subsídios à agricultura e às exportações. A maior queda foi verificada nas despesas com subsídios no âmbito do Proex (35,5%) refletindo o impacto sobre a demanda, nos primeiros sete meses de 2000, produzido pela redução de “spreads” de equalização a partir da edição da Carta-Circular Bacen nº 2.801/99.

As demais despesas com projetos e atividades apresentaram redução equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB estimado para o período refletindo a compatibilização com a evolução das receitas com vistas ao atingimento das metas de desempenho fiscal estabelecidas para o ano.

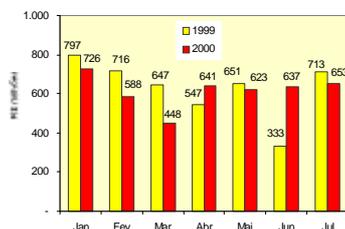
Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 653,1 milhões, permanecendo praticamente no mesmo patamar do registrado nos últimos meses. A receita com contribuições foi de R\$ 4,5 bilhões, 2,9% maior do que a arrecadação de junho. As despesas, por sua vez, foram de R\$ 5,2 bilhões, tendo crescido 2,8% devido ao reajuste sobre os benefícios previdenciários com valores superiores ao mínimo.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Jul		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	281,6	324,9
Custeio Agropecuário	114,1	76,9
Investimento Rural	1,3	6,4
Preços Agrícolas	6,2	49,5
- EGF	7,2	2,0
- AGF	(14,9)	45,9
- Sustentação de preços	13,9	1,7
Pronaf	159,9	192,1
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	515,3	353,0
Proex	515,3	353,0
Total	796,9	677,9

Previdência Social

O déficit da Previdência Social (RGPS) em julho foi maior que o de junho, devido ao reajuste de até 5,81% sobre os benefícios previdenciários.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 1999-2000				
DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul	Jan-Jul	
	2000	2000	1999	2000
Arrecadação Líquida	4.419,7	4.546,6	26.307,3	29.870,2
Arrecadação Bruta	4.736,6	4.878,9	28.303,3	32.267,0
- Contribuição Previdenciária	4.474,8	4.444,8	26.888,7	30.050,9
- Simples	166,6	164,2	831,5	1.085,8
- CDP	13,4	126,4	166,2	281,2
- Depósitos Judiciais	47,1	109,3	362,4	636,9
- Refis	26,6	25,7	-	107,9
- Outras Receitas	8,0	8,4	54,4	104,3
(-) Restituição/Devolução	(13,8)	(15,3)	(31,5)	(97,6)
(-) Transferências a Terceiros	(303,2)	(317,0)	(1.964,5)	(2.299,1)
Benefícios Previdenciários	5.056,7	5.199,7	30.710,6	34.186,4
Resultado Primário	(637,0)	(653,1)	(4.403,3)	(4.316,2)

Déficit da Previdência Social
Brasil, 1999/2000


Contribuíram para o comportamento das receitas no mês a arrecadação com Certificados da Dívida Pública (CDP), no valor de R\$ 126,4 milhões, e o ingresso de depósitos judiciais, no valor de R\$ 109,3 milhões, ambos significativamente superiores à arrecadação de junho. As demais receitas permaneceram praticamente constantes.

Quanto às despesas, o destaque do mês foi o impacto do reajuste de 5,81% sobre os benefícios com valores acima do piso previdenciário. O valor médio dos benefícios, com esse reajuste, cresceu 3,4%, passando de R\$ 263,7, em maio, para R\$ 272,6, em junho.

Benefícios	2000		
	Mai	Jun	%
Quantidade*	19,1	19,2	0,5%
Valor Médio**	263,7	272,6	3,4%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

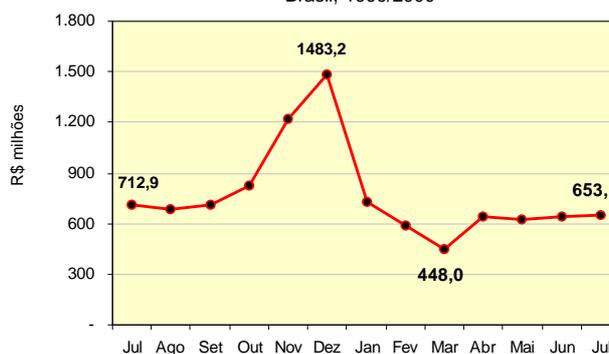
No ano, o déficit acumulado da Previdência Social é de R\$ 4,3 bilhões, inferior em 0,2 ponto percentual do PIB ao registrado em igual período de 1999. A arrecadação líquida atingiu R\$ 29,9 bilhões, 13,5% superior ao montante ingressado no mesmo período de 1999. Nesse caso, destaca-se o incremento de R\$ 3,2 bilhões nas receitas com contribuição previdenciária, o que resulta, em alguma medida, das mudanças ocorridas na área da arrecadação, conforme previsto na Lei nº 9.876/99. Adicionalmente, contribuíram para melhoria na arrecadação os aumentos nas seguintes rubricas: i) depósitos judiciais e administrativos (R\$ 274,6 milhões); ii) Simples (R\$ 254,3 milhões); iii) CDP (R\$ 114,9 milhões); e R\$ 107,9 do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), sem correspondência em 1999.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 34,2 bilhões, contra R\$ 30,7 bilhões em 1999. Em termos nominais, houve aumento de 11,3%, devido ao acréscimo de 3,7% na quantidade dos benefícios pagos, e de 7,1% em seu valor médio. Ressalta-se, nesse último caso, que o reajuste do salário mínimo este ano ocorreu em abril, ao passo que em 1999 o mesmo ocorreu em maio. Isso contribuiu para que o valor médio nos sete primeiros meses do ano passasse de R\$ 241,5 para R\$ 258,7 em 2000. Ainda assim, como proporção do PIB, as despesas com benefícios caíram o equivalente a 0,4 ponto percentual.

Benefícios	Dez/1998- Jun/1999	Dez/1999- Jun/2000	%
Quantidade*	18,3	19,0	3,7%
Valor Médio**	241,5	258,7	7,1%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Acumulado Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,66%	4,44%
Benefícios	5,44%	5,08%
Resultado Primário	-0,78%	-0,64%

Déficit da Previdência Social
Brasil, 1999/2000


DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 224,1 bilhões, correspondendo a 20,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses, 0,3 ponto percentual inferior ao registrado em junho.

Em julho, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em R\$ 224,1 bilhões.

A dívida líquida do Tesouro Nacional em mercado registrou queda nominal de R\$ 274,0 milhões. Convém destacar que a dívida interna reduziu-se em R\$ 626,0 milhões em relação ao mês anterior. Por um lado, houve incremento da DPMF em R\$ 2,2 bilhões e da dívida securitizada em R\$ R\$ 451,0 milhões, decorrente, basicamente, da apropriação de juros e encargos aos respectivos saldos.

Por outro lado, observou-se crescimento nos saldos dos haveres contratuais da STN em R\$ 1,6 bilhão devido ao maior IGP-DI registrado no mês. Verificou-se também incremento dos haveres contratuais dos fundos, autarquias e fundações em R\$ 1,7 bilhão, como decorrência do aumento das disponibilidades do FAT, além da mencionada elevação do IGP-DI.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO			
BRASIL, 2000			
	(R\$ milhões)		
	2000		
	Mai	Jun	Jul
I. DÍVIDA INTERNA	98.463	99.993	99.367
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	385.053	390.144	392.328
Dívida Securitizada	31.605	31.733	32.184
Dívida Contratual da STN	-248.575	-250.968	-252.548
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-214.204	-216.674	-217.110
Demais Dívida Contratuais	-34.371	-34.294	-35.438
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-69.620	-70.916	-72.597
Fat	-49.001	-49.548	-50.894
Demais Entidades	-20.619	-21.369	-21.703
II. DÍVIDA EXTERNA	127.066	124.422	124.772
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	97.258	94.502	95.198
Títulos Depositados em Garantia	-4.506	-4.504	-4.543
Dívida Contratual	35.073	35.291	34.991
Disponibilidades	-758	-866	-874
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	225.529	224.414	224.140
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	20,7%	20,3%	20,0%

A dívida líquida interna do Tesouro Nacional caiu 0,3 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

No que se refere à Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF), o Tesouro Nacional emitiu em mercado R\$ 18,4 bilhões e resgatou R\$ 20,6

bilhões, havendo, portanto, resgate líquido de R\$ 2,2 bilhões. Com a apropriação de juros no montante de R\$ 4,4 bilhões o saldo da DPMF no mês aumentou R\$ 2,2 bilhões em relação a junho. Assim, ao final de julho o saldo da DPMF em mercado situou-se em R\$ 392,3 bilhões, equivalente a 35,0% do PIB.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Jul/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I . Emissões	17.586	804	18.390
LFT	8.482	223	8.705
LTN	8.911	0	8.911
Demais	193	581	774
II. Resgates	20.645		20.645
LFT	11.904		11.904
LTN	6.735		6.735
NTN-D	1.469		1.469
Demais	537		537
III. Valor líquido (I-II)	-3.058	804	-2.254
TDA			
I . Emissões		0	0
II. Resgates		4	4
III. Valor líquido (I-II)		-4	-4
Securitizedos			
I . Emissões		260	260
II. Resgates		320	320
III. Valor líquido (I-II)		-60	-60
Total			
I . Emissões	17.586	1.064	18.650
II. Resgates	20.645	324	20.969
III. Valor líquido (I-II)	-3.058	740	-2.319

Em julho, o Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de R\$ 2,2 bilhões, sendo quase a totalidade referente a títulos colocados em oferta pública.

A participação percentual das LTN no total da DPMF em mercado vem crescendo nos últimos meses.

As emissões em mercado concentraram-se em LFT e em LTN, totalizando R\$ 8,5 bilhões e R\$ 8,9 bilhões, respectivamente. Foram vendidas LTN com prazos de 6 e 12 meses, e LFT, com prazo de 36 meses. Observe-se que, em julho, manteve-se a tendência retomada no mês anterior de maiores emissões de títulos prefixados (LTN).

Outro destaque do mês foi o quinto leilão de NTN-C, sendo o primeiro com prazo de 5 anos. O leilão foi realizado em duas etapas distintas, sendo a primeira com liquidação financeira em moeda corrente, onde alcançou um valor

de R\$ 192,9 milhões e a segunda em dívida securitizada de responsabilidade do Tesouro Nacional, na qual nenhuma proposta foi aceita, em virtude do Tesouro Nacional ter considerado inadequadas as propostas apresentadas. Em termos de taxas de juros efetivas das NTN-C, o resultado deste quinto leilão, para títulos de cinco anos atingiu 12,2% ao ano. A média das taxas efetivas dos leilões anteriores foi de 11,7% a.a. e 12,5 % a.a. para as NTN-C de três e sete anos, respectivamente.

Os resgates de títulos da DPMFi atingiram R\$ 20,6 bilhões, sendo R\$ 11,9 bilhões referentes a LFT, R\$ 6,7 bilhões a LTN e R\$ 1,8 bilhão em vencimentos de NTN-D.

As colocações diretas totalizaram R\$ 1,1 bilhão, sendo que as principais foram as emissões de R\$ 382,9 milhões em CFT-A, de acordo com a Lei nº 9.988/2000, que dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os estados, e de R\$ 176,3 milhões em LFT-A em favor do estado do Rio Grande do Sul, referente à capitalização de sua agência de fomento, no âmbito do Proes.

É importante observar que, ainda em decorrência da operação relativa à Lei nº 9.988/2000, foram cancelados R\$ 196,8 milhões em CFT-A, referentes ao pagamento de dívidas de diversos estados.

Destacam-se ainda as seguintes colocações diretas de títulos da dívida mobiliária em mercado: i) R\$ 4,0 milhões em CDP, adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão; ii) R\$ 44,1 milhões em NTN-I, para equalização de taxas e juros no âmbito do Proex; iii) R\$ 51,2 milhões em CFT-E1 em favor do Fies; e iv) R\$ 46,7 milhões em LFT-B referentes à assunção de dívidas de diversos municípios.

As colocações de dívida securitizada totalizaram R\$ 260,0 milhões, sendo: i) R\$ 223,9 milhões referentes a securitização de dívida entre a União e o estado do Rio Grande do Sul, relativo ao contrato de concessão de portos; ii) R\$ 35,5 milhões para assunção e quitação de dívida entre a União, BNDES e CDRJ; e iii) R\$ 408,0 mil decorrentes da renegociação e quitação da dívida proveniente do programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Álcool, entre a União e usinas integradas nesse programa.

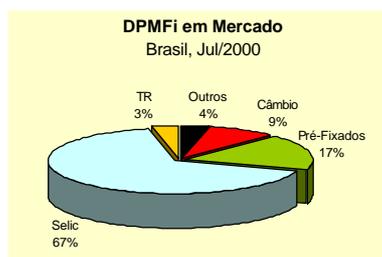
Em julho, o Tesouro Nacional manteve a estratégia de elevação gradual da participação de papéis prefixados na dívida total. Assim, o percentual de participação das LTN no total da dívida em mercado vem aumentando, tendo passado de 15,9% em maio para 16,8% em junho e 17,5% no mês em análise.

**Boxe 2 – Quinto Leilão de
NTN-C
Resultado**Demanda Total:
715.000 unidadesQuantidade Vendida:
247.000 unidadeParcela Recebida em Títulos
Securitizados:
Não HouvePreço Unitário de Venda:
R\$ 780,95

*Em julho, foram emitidos
R\$ 382,9 milhões, em
decorrência da Lei nº
9.988/2000.*

**Composição da
Dívida**

Por outro lado, os títulos remunerados pela taxa Selic tiveram redução de 0,8 ponto percentual entre maio e julho deste ano. Conforme pode ser observado na tabela 4 abaixo, também vem diminuindo a participação dos títulos vinculados ao câmbio, que passaram de 9,5% em maio para 9,0% em junho e 8,7% do total no mês em análise.

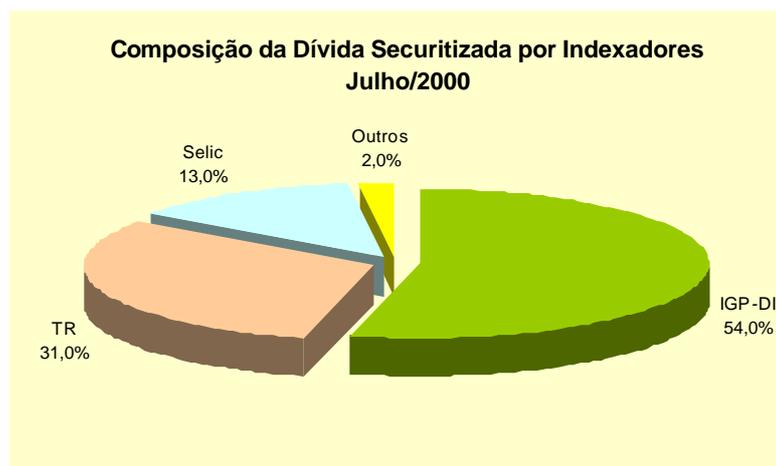


**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 2000**

Indexador	2000 (%)		
	Mai	Jun	Jul
Selic	67,7	67,4	66,9
Câmbio	9,5	9,0	8,7
Prefixados	15,9	16,8	17,5
TR	3,3	3,3	3,3
Outros	3,6	3,6	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

A composição da dívida securitizada, por indexador, manteve-se estável em relação ao mês anterior. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 54,0% desses passivos, seguidos pela TR (31,0%) e Selic (14,0%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do estoque da dívida securitizada.

O IGP-DI continua sendo o maior indexador dos títulos da dívida securitizada do Tesouro Nacional, atualizando 54% do total.



Custo e Prazo Médios

Em julho, o custo médio anual da dívida interna do Tesouro Nacional foi de 15,61%, contra 14,96% no mês anterior. Este pequeno crescimento deve-se principalmente ao grande aumento do IGP-M e IGP-DI em julho, que foram de 1,57% e 2,26% contra 0,85% e 0,93% no mês anterior, respectivamente. Por

outro lado, o custo médio das LFT reduziu-se, passando de 18,02% em junho para 16,85% no mês em análise, fruto da queda da taxa Selic ocorrida no mês.

**TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF
EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Jul/2000**

Título	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	17,5%	4,89	19,90%
LFT	67,0%	15,44	16,85%
NTN-D	5,8%	10,63	-4,39%
NTN-C	1,2%	42,90	35,08%
Demais	8,6%	-	-
Total DPMF	100,0%	29,59	15,25%
Competitivos		12,97	15,71%
Securitizedos		89,39	19,99%
Total Dívida Interna		34,13	15,61%

Obs.: Prazo Médio em meses.

Custo Médio em % anual.

O custo médio total da dívida interna do Tesouro Nacional apresentou pequena elevação em relação ao mês anterior, em razão da elevação do IGP-M e IGP-DI ocorridas no mês.

Quanto à dívida mobiliária, o principal responsável pelo pequeno acréscimo no custo médio (15,25% em julho contra 14,98% em junho) foi o estoque de NTN-C, títulos indexados ao IGP-M.

**TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000**

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(2)	
			COMP(1)	COMP(2)
(% anual)				
1999 Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000 Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

DPMFi - Custo Médio

(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo os cambiais, caiu 1,03 ponto percentual, passando de 18,58% em junho para 17,55% em julho.

O IGP-DI e o IGP-M são os fatores de atualização de mais da metade do estoque dos títulos securitizados, o que determinou que o custo médio desses títulos subisse de 14,71% em junho para 19,99% em julho. Este foi parcialmente compensado pelas reduções na TR e na taxa Selic, que atualizam 45,0% da dívida securitizada.

Em julho, o prazo médio dos títulos da DPMF vendidos em processo competitivo alcançou 12,97 meses, tendo pequeno acréscimo em relação ao mês

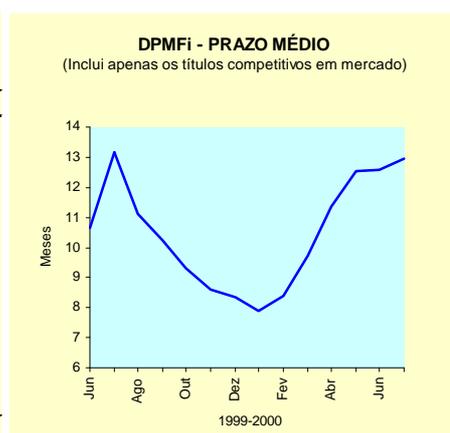
O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo foi de 12,97 meses, o maior desde julho do ano passado.

anterior, que foi de 12,58 meses. É importante observar que esse patamar é o maior observado para os títulos emitidos através de oferta pública desde julho de 1999. Por sua vez, o prazo médio da dívida total caiu de 29,94 meses em junho para 29,59 meses em julho, em decorrência da aproximação do vencimento da carteira dos títulos de colocação direta, não compensada pelas novas emissões.

TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período		TOTAL	COMP (1)
1999	Jun	27,42	10,63
	Jul	28,28	13,15
	Ago	28,48	11,12
	Set	27,06	10,25
	Out	25,48	9,30
	Nov	24,44	8,59
	Dez	27,90	8,35
2000	Jan	27,14	7,89
	Fev	27,09	8,37
	Mar	27,97	9,74
	Abr	28,40	11,37
	Mai	29,88	12,54
	Jun	29,94	12,58
	Jul	29,59	12,97

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



Houve pequena redução no prazo médio da dívida securitizada, o qual passou de 90,68 meses em junho para 89,39 meses em julho. Dois fatores explicam tal comportamento: i) o “envelhecimento” da carteira, aproximando o vencimento em um mês; e ii) os prazos médios das novas emissões inferiores aos do restante da carteira.



Dívida Líquida Contratual Interna

O saldo dos haveres líquidos registrado em julho foi de R\$ 325,1 bilhões, o que equivale a 22,5% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve crescimento nominal de R\$ 1,7 bilhão nos haveres dos fundos, autarquias e fundações e de R\$ 1,6 bilhão nos haveres do Tesouro Nacional.

TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000

	(R\$ milhões)		
	2000		
	Mai	Jun	Jul
TOTAL DO TESOURO NACIONAL	-248.575	-250.968	-252.548
Dívida Bancária	39.851	39.887	39.964
Demais Dívidas da STN	3.137	2.807	2.807
Lei 7.976/89	-10.335	-10.006	-9.772
Lei 8.727/93	-43.814	-43.866	-43.968
Lei 9.496/97	-127.930	-129.701	-128.907
Renegociação Dívidas Municipais	-16.115	-16.804	-17.048
Demais Haveres da STN	-93.369	-93.284	-95.623
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-69.620	-70.916	-72.597
FAT	-49.001	-49.548	-50.894
Demais Entidades	-20.619	-21.369	-21.703
TOTAL	-318.195	-321.884	-325.145
TOTAL/PIB	-29,2%	-29,1%	-29,0%
TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-22,8%	-22,7%	-22,5%

O saldo dos haveres internos líquidos do Tesouro Nacional foi de R\$ 325,1 bilhões, no mês de julho.

No caso do Tesouro Nacional, houve pequena queda dos haveres referentes aos pagamentos recebidos dos estados no âmbito das Leis nº 9.496/97 e nº 7.976/89, diminuindo seus saldos em R\$ 794,0 milhões e R\$ 234,0 milhões, respectivamente. O acréscimo nos saldos dos fundos, autarquias e fundações deve-se principalmente ao aumento das disponibilidades do FAT e à maior variação no IGP-DI, um dos principais indexadores de seu saldo.

Em julho, os saldos das dívidas refinanciadas sob o amparo das Leis nº 9.496/97 e 7.976/89 diminuiu devido a amortizações efetuadas pelos estados.

Em julho, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 124,8 bilhões, correspondente a 11,1% do PIB estimado para os últimos doze meses, ficando 0,2 ponto percentual abaixo do registrado em junho. A queda no saldo da dívida externa deve-se basicamente à operação de troca de papéis ocorrida no mês e à menor taxa de câmbio de julho, relativamente a junho.

Em julho, foram emitidos EUR 800,0 milhões, equivalentes a US\$ 700,0 milhões, de Euro Bond 2005, e US\$ 1,0 bilhão em Global Bond 2007. Na emissão do Global Bond 2007 parte dos recursos (R\$ 388,0 milhões) foram para a recompra de papéis da dívida renegociada (Bradies). A operação resultou na redução de US\$ 27,0 milhões do estoque da dívida e alongou seu perfil em 2,8 anos.

O preço de lançamento do bônus ficou em 94,588% do valor de face do papel, um “cupom” de 11,25% ao ano, com “spread” de 610 pontos básicos

Dívida Externa

BOXE 3 GLOBAL BOND 2007 Características da Operação

Valor: US\$ 1,0 bilhão
Vencimento: 26/07/2007
Valor de Face: 94,588%
Cupom: 11,25%
Spread: 610 b.p.
Cancelamento em Bradies:
US\$ 415,8 milhões
Títulos Cancelados:
EI Bond – US\$ 186,0 milhões
NMB – US\$ 111,2 milhões
Flirb – US\$ 82,0 milhões
Exit – US\$ 36,6 milhões
Economia na Operação:
US\$ 27,0 milhões

sobre a taxa dos títulos do tesouro americano. Foram recomprados quatro papéis (conforme boxe ao lado) com valor de US\$ 415,8 milhões.

Esta foi a segunda operação estruturada envolvendo troca de títulos da dívida renegociada por papéis novos no ano, uma vez que em março, quando da reabertura do Global 2030 foram utilizados US\$ 600,0 milhões na recompra de US\$ 705,0 milhões de Bradies. Além da economia verificada, esta operação teve como objetivos básicos o alongamento do perfil da dívida e a colocação em mercado de um papel mais simples e convencional, dando continuidade ao processo de substituição da dívida externa reestruturada.

¹ Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 57/95, com a nova redação dada pelas Resoluções nº 51/97 e 23/99, todas do Senado Federal.

² Título de captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 23/99, do Senado Federal.

³ Título de captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 51/97, do Senado Federal.

⁴ Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos "Brady Bonds" ("Exchange Offer"), de acordo com a Resolução nº 69/96, do Senado Federal.

TABELA 9 EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASIL, Jul/2000			
(R\$ milhões)			
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	811,5	459,1	1.270,6
I.1. Organismos Multilaterais	28,7	8,8	37,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	30,6	32,6	63,3
I.3. Clube de Paris	4,8	2,1	6,9
I.4. Dívida Mobiliária	747,3	415,6	1.162,9
Bônus Euro 2005 ¹	0,0	15,8	15,8
Bônus Global 2020 ¹	0,0	108,0	108,0
Bônus Euro 2002 ²	0,0	127,6	127,6
Bônus Eurolibra 2007 ³	0,0	40,6	40,6
Bônus Global 2007 ⁴	0,0	108,0	108,0
BEA-Bradies(recompra)	681,4	14,1	695,5
BIB (recompra)	65,9	1,5	67,4

No mês de julho foram desembolsados R\$ 1,3 bilhão para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 37,5 milhões referem-se a pagamentos regulares aos organismos multilaterais, R\$ 63,3 milhões a bancos privados/agências governamentais, R\$ 6,9 milhões ao Clube de Paris e R\$ 1,2 bilhão relativos a dívida mobiliária, conforme demonstrado na tabela 9 acima.

Características

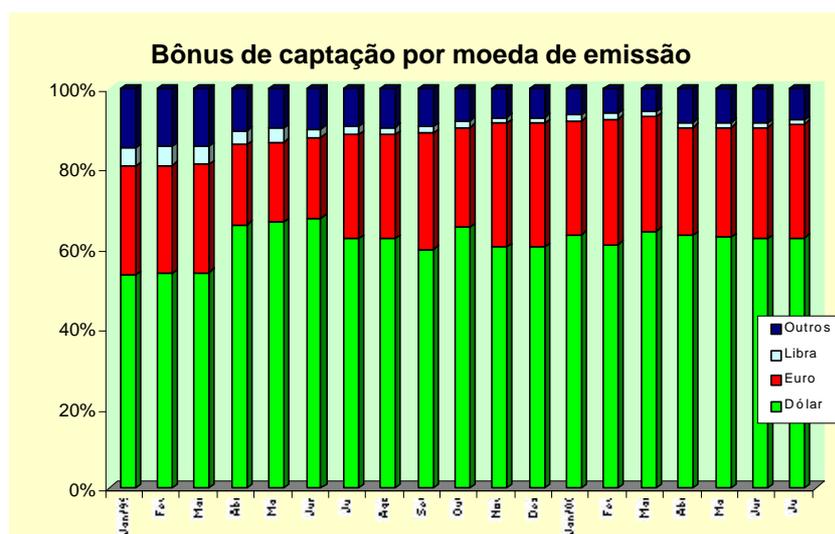
A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em mobiliária e contratual, deduzidos os haveres na forma de títulos depositados em garantia e as disponibilidades de fundos, autarquias e fundações

em moeda estrangeira. A dívida mobiliária é responsável por 76,3% do saldo líquido da dívida externa.

Com a operação de troca dos bônus de renegociação (“bradies”) realizada no mês, estes reduziram sua participação no montante da dívida mobiliária total, caindo de 62,8% em junho para 60,6%. É importante ressaltar a constante redução em termos nominais e relativos dos *bradies*, os quais representavam 76,5% da dívida mobiliária externa em julho do ano passado. Esta redução está associada tanto aos resgates da parcela principal quanto ao aumento das emissões que vem sendo realizadas pelo País.

Ao final de julho, os títulos em dólar representavam 62,6% do valor total dos bônus de captação, seguidos por aqueles emitidos em euro (28,5%), libra (1,1%) e demais moedas (7,8%).

A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa continua com tendência de queda.

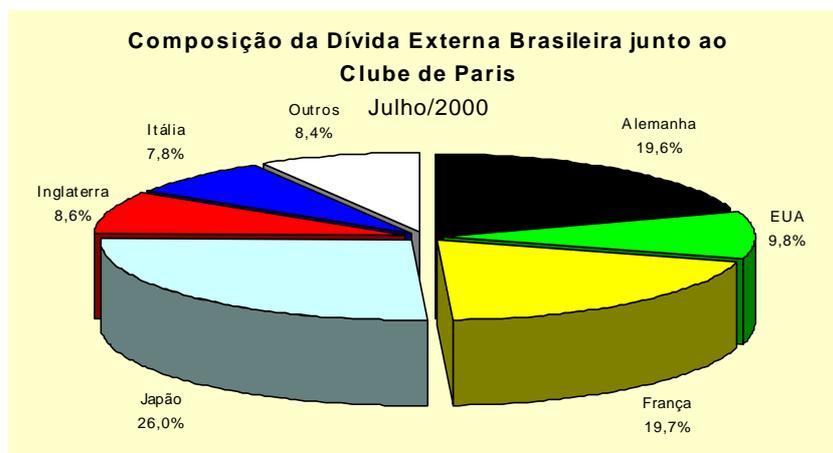


Os títulos emitidos em dólar correspondem a 62,6% do total dos bônus de captação.

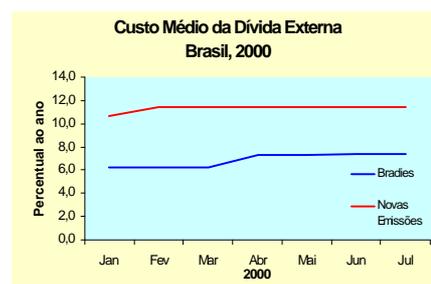
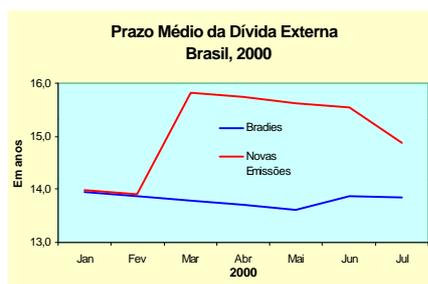
A dívida contratual externa do Tesouro Nacional é composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivale em julho a 43,9% do total. A dívida contratual com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 38,6% e 17,4%, respectivamente.

Os maiores credores brasileiros no âmbito do Clube de Paris são o Japão (26,0%), França (19,7%) e Alemanha (19,6%), conforme pode ser observado no gráfico a seguir.





O prazo médio dos bônus de captação caiu de 15,55 anos em junho para 14,87 anos em julho. Tal queda deveu-se à emissão do Global Bond 2007, lançado no mês de julho. O custo médio dos bônus de captação caiu 0,01 ponto percentual, em idêntico período, passando de 11,45% para 11,44% ao ano.



Quanto aos *bradies*, seu custo e prazo médios mantiveram-se praticamente nas trajetórias observadas nos meses anteriores. Dessa forma, o prazo médio passou de 13,86 anos em junho para 13,85 anos em julho, enquanto o custo médio subiu 0,01 ponto percentual, passando de 7,35% ao ano em junho para 7,36% ao ano no mês em análise.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. RECEITA TOTAL	18.030,3	17.670,7	18.117,6	17.114,7	17.257,3	23.061,3	18.499,9	17.148,9	20.203,3	19.110,1	19.153,1	18.198,5	18.588,7
I.1. Receitas do Tesouro	14.112,0	13.737,1	14.203,3	13.214,1	13.324,4	15.933,6	14.553,9	13.065,8	15.869,9	14.940,8	14.780,8	13.778,8	14.042,2
I.1.1 Receita Bruta	14.923,2	14.566,9	14.583,1	13.835,9	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.302,2	16.222,4	15.163,1	15.032,7	14.958,7	15.273,3
- Impostos	6.294,7	5.725,0	7.255,4	6.578,6	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9
- Contribuições	7.219,0	4.979,3	6.087,3	5.928,1	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0
- Demais	1.409,5	3.862,5	1.240,3	1.329,2	930,2	1.600,6	1.126,2	879,7	1.220,6	1.909,3	2.160,6	1.630,8	1.580,4
I.1.2. (-) Restituições	(760,9)	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.918,3	3.933,6	3.914,3	3.900,6	3.932,9	7.127,7	3.946,0	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.537,8	2.714,1	2.473,1	2.895,5	2.826,8	3.145,2	3.365,2	3.220,2	3.325,1	3.455,6	3.381,8	3.009,9	3.170,8
II.1. Transferências Constitucionais	1.732,0	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5
II.2. Lei Complementar 87/96	545,3	312,7	297,8	294,2	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7
II.3. Demais	260,5	253,9	172,6	217,5	263,5	355,3	378,4	405,8	334,7	335,9	356,6	483,8	753,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.492,5	14.956,6	15.644,5	14.219,2	14.430,4	19.916,1	15.134,7	13.928,7	16.878,2	15.654,5	15.771,3	15.188,6	15.418,0
IV. DESPESA TOTAL	13.276,6	12.343,1	12.160,6	12.865,5	13.129,0	21.794,9	13.603,9	12.384,7	12.811,8	11.659,4	12.939,6	13.574,8	14.895,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.913,8	3.783,7	3.663,1	3.884,6	4.012,5	5.944,5	5.402,4	4.277,7	4.192,1	4.055,9	4.189,5	4.490,3	5.102,9
IV.1.1. INSS	307,1	219,3	244,3	251,5	239,1	357,2	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3
IV.1.2. Demais	4.606,7	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4	5.587,3	5.130,2	4.009,1	3.958,1	3.800,2	3.953,8	4.214,5	4.784,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.631,2	4.621,4	4.623,5	4.727,1	5.153,7	8.610,9	4.671,8	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7
IV.3. Custeio e Capital	3.731,6	3.937,9	3.874,0	4.253,8	3.962,8	7.239,5	3.529,7	3.436,4	3.838,3	2.792,8	3.754,6	4.027,8	4.592,5
IV.3.1. Despesa do FAT	421,4	537,1	683,6	373,6	359,0	555,4	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	505,9
- Abono e Seguro Desemprego	378,6	480,5	529,4	274,8	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0
- Demais Despesas do FAT	42,8	56,6	154,2	98,8	64,7	53,9	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	43,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	229,0	193,6	153,1	645,0	193,2	138,2	23,0	101,0	258,6	175,5	217,7	79,1	164,3
- Operações Oficiais de Crédito	158,9	129,4	101,6	548,6	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7
- Subvenções aos Fundos Regionais	70,1	64,3	51,4	96,5	46,2	47,1	0,3	52,7	75,2	84,1	99,2	16,1	13,6
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.081,2	3.207,2	3.037,4	3.235,1	3.410,6	6.545,9	3.191,7	2.898,5	2.926,1	2.402,6	2.909,3	3.574,3	3.922,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.215,9	2.613,6	3.483,9	1.353,7	1.301,4	(1.878,8)	1.530,8	1.544,0	4.066,4	3.995,1	2.831,7	1.613,8	522,9
V.1. Tesouro Nacional	2.928,8	3.301,4	4.193,1	2.180,3	2.522,3	(395,6)	2.256,6	2.131,6	4.514,5	4.636,5	3.454,9	2.250,8	1.176,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(712,9)	(687,9)	(709,2)	(826,5)	(1.220,8)	(1.483,2)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(97,2)	(61,8)	(47,1)	(67,3)	(63,3)	(106,5)	(43,1)	(61,8)	(49,4)	(40,9)	(68,4)	(52,6)	(98,7)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.118,7	2.551,7	3.436,8	1.286,4	1.238,1	(1.985,3)	1.487,6	1.482,2	4.017,1	3.954,2	2.763,3	1.561,2	424,1
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.611,5	445,8	167,0	(511,6)	(862,9)	441,5	(343,9)	893,6	945,5	(1.775,2)	463,0	nd	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	3.730,3	2.997,6	3.603,8	774,8	375,2	(1.543,8)	1.143,7	2.375,8	4.962,6	2.179,0	3.226,2	nd	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(6.953,2)	(11.230,2)	(1.290,6)	(6.442,3)	1.716,9	3.061,1	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.673,2)	nd	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(3.222,9)	(8.232,6)	2.313,2	(5.667,5)	2.092,2	1.517,3	(1.742,1)	(986,6)	2.025,8	(4.740,4)	(3.446,9)	nd	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	14.508,8	13.438,3	14.122,9	13.156,2	13.052,5	19.264,4	11.980,7	13.410,7	15.855,9	14.654,6	14.491,2	15.527,0	16.899,8
I.1 - Recolhimento Bruto	11.999,8	12.494,0	13.485,2	12.116,4	12.531,6	18.432,7	11.199,1	12.768,5	15.224,7	13.535,0	13.873,6	13.758,6	11.913,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.947,2	746,1	457,4	837,0	368,9	493,0	396,8	512,7	606,1	934,7	527,2	1.670,6	4.590,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	610,6	238,5	225,4	259,2	206,9	396,9	454,8	256,4	128,3	270,1	161,9	148,9	483,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,6	1,5	1,5	1,9	1,8	1,9	1,4	1,3	2,4	1,4	1,3	1,5	1,1
II. DESPESAS	14.872,8	12.508,1	11.873,1	13.901,7	12.742,4	16.815,9	11.947,9	12.492,7	13.450,9	14.750,2	14.692,7	15.730,8	15.244,3
II.1 - Liberações Vinculadas	2.959,2	3.267,0	2.948,5	3.506,3	3.389,2	3.638,4	4.180,8	3.884,5	3.402,5	3.282,1	5.381,1	3.577,1	3.449,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	1.837,6	2.279,3	2.125,6	2.530,1	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	35,9	36,2	31,7	72,4	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	144,0	263,5	148,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	541,4	308,0	293,0	283,9	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4
II.1.4 - Outras Vinculações	544,3	643,5	498,2	619,8	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7
II.2 - Liberações Ordinárias	11.913,6	9.241,0	8.924,7	10.395,4	9.353,3	13.177,5	7.767,1	8.608,2	10.048,4	11.468,1	9.311,6	12.153,7	11.794,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.017,6	3.924,8	3.934,9	3.716,6	4.107,7	6.003,7	5.619,6	4.283,9	4.029,9	3.988,2	4.347,6	5.014,0	4.782,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	285,4	317,5	889,3	2.515,0	1.036,7	848,6	304,5	505,8	778,4	2.773,7	650,0	1.026,3	670,8
i) Dívida Contratual Interna	177,2	194,1	265,9	207,1	488,5	147,0	172,9	178,8	284,0	293,0	184,2	217,7	217,2
ii) Dívida Contratual Externa	108,2	123,4	623,4	2.307,9	548,1	701,6	131,6	326,9	494,4	2.480,6	465,9	808,5	453,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.852,3	2.010,7	584,6	1.122,2	446,9	722,3	456,4	1.154,5	2.645,4	2.176,4	1.597,4	2.019,6	2.416,2
II.2.4 - Custeio e Investimento	2.542,4	2.808,7	3.377,5	2.702,1	3.532,2	5.455,8	1.295,9	2.471,0	2.331,3	2.336,9	2.507,9	3.961,8	3.732,1
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	216,0	179,2	138,2	339,5	229,7	147,1	90,7	193,0	263,3	192,9	208,7	132,1	193,7
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(364,0)	930,2	2.249,8	(745,4)	310,1	2.448,5	32,8	918,1	2.405,0	(95,6)	(201,6)	(203,8)	1.655,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	22.300,0	27.603,0	23.232,7	26.472,0	22.054,2	18.532,5	26.102,7	31.181,1	45.023,3	27.630,3	16.434,4	14.982,0	18.081,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	21.706,1	23.333,0	21.813,7	26.085,6	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	594,0	4.269,9	1.419,0	386,4	6.252,5	765,0	2.212,7	1.711,3	3.452,3	2.051,6	346,8	884,1	495,5
V. DESPESAS	28.023,4	20.497,7	17.954,1	14.355,2	15.427,6	30.029,3	21.386,0	25.813,8	36.404,0	24.863,1	22.969,0	17.599,5	19.567,3
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.753,8	19.898,9	16.941,4	13.805,3	13.452,7	27.235,5	21.073,2	25.084,6	34.375,3	24.353,9	22.328,4	14.788,4	18.433,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	269,5	598,8	1.012,8	481,1	1.743,9	2.564,7	304,2	729,3	2.028,7	472,6	640,6	2.811,0	1.133,8
V.2.1 - Dívida Interna	207,6	271,9	171,7	189,2	1.567,2	114,6	221,3	414,6	495,1	200,6	478,9	326,6	347,5
V.2.2 - Dívida Externa	61,9	326,9	841,0	291,9	176,7	2.450,1	82,9	314,7	1.533,6	272,1	161,7	2.484,4	786,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	-	68,8	231,1	229,1	8,5	0,0	-	36,6	-	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	(6.047,7)	3.434,1	4.872,4	12.280,3	2.349,1	(9.468,0)	2.816,8	4.385,3	7.195,7	1.224,8	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.638,2)	(12.850,4)	1.014,1	(3.564,2)	11.821,8	7.949,5	13.968,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	(6.010,4)	7.894,3	8.012,1	9.191,8	8.706,2	(46.420,8)	1.111,3	(6.565,0)	12.038,5	(892,6)	5.085,6	5.128,2	14.138,7

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.782,7	1.529,2	1.410,1	1.557,4	2.414,5	3.460,2	1.162,4	2.683,7	4.206,2	6.551,8	25.117,0	12.869,5	18.329,1
I.1. Emissão de Títulos	-	39,5	5,8	4,1	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.745,6	1.456,8	1.386,9	1.529,8	1.456,3	1.614,4	1.108,6	947,8	843,4	1.018,7	661,0	705,9	868,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	37,1	33,0	17,4	23,5	76,5	64,3	53,7	52,7	33,4	34,9	72,9	61,0	67,1
II. DESPESAS NO BACEN	1.705,8	1.670,4	926,3	3.737,0	645,0	40.832,7	4.800,6	15.534,1	3.192,0	10.116,0	13.295,2	4.920,0	4.360,4
II.1. Resgate de Títulos	1.458,1	1.476,2	706,4	3.409,1	511,6	37.618,4	4.740,5	14.880,6	2.960,5	9.488,0	12.896,5	4.757,1	4.151,6
II.2. Encargos da DPMF	247,8	194,1	220,0	327,9	133,4	3.214,3	60,1	653,5	231,6	628,0	398,7	162,9	208,9
III. RESULTADO (I - II)	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.638,2)	(12.850,4)	1.014,1	(3.564,2)	11.821,8	7.949,5	13.968,7



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	11,4	10,1	7,4	8,2	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	3,8	-	-	-	8,5	-	6,4	-	-	-	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	12,7	22,4	70,5	160,7	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,7	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	12,0	21,0	65,9	147,0	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	1,0	4,0	13,0	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	22,9	59,2	17,8	1,5	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	111,9	33,8	6,0	121,7	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2
VI. TOTAL	158,9	129,4	101,6	292,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. DÍVIDA INTERNA	67.703,6	78.668,1	82.899,5	93.778,2	94.045,8	87.401,4	96.149,5	92.274,4	99.610,4	104.234,5	98.463,1	99.992,5	99.367,2
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1
Dívida Bancária	38.705,1	38.981,2	39.083,1	39.209,8	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	19.701,2	20.687,4	20.852,8	20.099,4	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0
CVS	7.894,7	7.955,9	8.017,7	7.695,1	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.183,6	3.174,0	3.150,8	3.229,8	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9
Certificados de Privatização	39,9	41,9	40,2	40,3	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8
INSS	-9.246,8	-9.391,8	-9.531,5	-9.664,2	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4
Lei 7.976/89	-11.245,2	-11.889,3	-11.788,6	-12.004,4	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4
Bônus Renegociação	-18.106,5	-19.429,5	-19.603,0	-19.549,1	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0
Lei 8.727/93	-42.367,3	-42.678,1	-42.815,2	-42.977,0	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5
Lei 9.496/97	-97.061,5	-98.813,7	-100.676,2	-102.004,8	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-2.673,2	-2.698,2	-2.737,7	-2.781,6	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1
Recebíveis dos Estados	-3.569,8	-3.644,2	-3.715,0	-3.788,0	-3.878,4	-6.070,5	-6.175,1	-6.268,5	-6.310,9	-6.353,1	-6.392,3	-6.466,5	-6.467,8
Recebíveis das Estatais	-21.135,1	-17.562,7	-19.104,1	-19.375,2	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-26.259,0	-26.620,3	-25.414,6	-25.367,3	-25.318,9
Outros	-9.811,4	-9.651,8	-9.673,6	-9.661,3	-9.670,7	-20.828,4	-21.025,3	-21.243,7	-21.227,2	-20.802,4	-24.041,8	-23.840,5	-23.758,0
Fat	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2
Demais Entidades	-16.910,7	-17.120,2	-18.948,7	-19.305,7	-19.356,1	-19.657,9	-19.985,6	-19.927,7	-19.905,5	-20.021,6	-20.619,2	-21.369,0	-21.702,8
Créditos das Operações Oficiais	-9.295,4	-9.229,8	-9.400,6	-10.230,0	-10.728,2	-10.556,0	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.060,5	-9.131,2	-9.238,3
Arrecadação a Recolher	-3.790,0	-1.895,0	-2.207,0	-2.229,0	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.383,7	-3.535,9
II. DÍVIDA EXTERNA	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7	116.840,1	117.560,3	115.886,8	116.795,8	125.509,8	127.066,3	124.421,9	124.772,4
Dívida Mobiliária	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3
Títulos Depositados em Garantias	-5.564,7	-5.904,4	-5.979,2	-6.044,1	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8
Dívida Contratual	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8
Disponibilidades	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4	-873,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	181.998,1	200.780,5	206.646,7	217.205,4	219.635,5	204.241,5	213.709,8	208.161,2	216.406,2	229.744,3	225.529,4	224.414,5	224.139,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	19,4%	21,1%	21,5%	22,2%	22,1%	20,2%	20,8%	19,9%	20,4%	21,4%	20,7%	20,3%	20,0%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	65.984,3	70.597,9	70.776,0	66.228,2	65.200,7	60.665,6	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5
Brazil Investment Bond (BIB)	1.556,9	1.667,1	1.615,0	1.640,8	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.435,1	4.749,2	4.765,0	4.841,1	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5
Par Bond (PB)	7.481,2	7.986,5	8.013,2	7.556,8	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0
Discount Bond (DB)	9.677,9	10.363,2	10.397,9	7.708,9	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.109,1	3.329,3	3.340,4	3.393,7	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.073,9	13.999,7	14.046,5	12.994,9	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2
Debt Conversion Bond (DCB)	15.190,2	16.231,3	16.285,6	15.668,4	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2
New Money Bond (NMB)	4.006,1	4.289,8	4.304,1	4.372,9	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5
Eligible Interest (EI)	7.453,9	7.981,7	8.008,4	8.050,6	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	21.980,0	23.469,5	24.675,5	28.893,3	30.655,1	28.519,0	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8
Samurai Bond	467,7	523,4	541,0	561,8	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7
Global Bond	1.341,9	1.436,9	1.441,7	1.464,8	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.350,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	979,3	1.034,5	1.049,8	1.053,0	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2
Parallel Franco	292,0	308,5	313,0	314,0	295,6	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6
Parallel Florim	347,6	367,3	372,7	373,8	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4
Parallel Xelim	278,4	294,1	298,4	299,4	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4
Global Bond 2027	6.262,2	6.705,7	6.728,1	6.835,5	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8
Euroaira Bond	741,9	783,7	795,3	797,8	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3
Eurosterling Bond 2007	435,8	461,5	475,7	482,7	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6
Euro Bond 2003	959,5	1.013,6	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6
Global 2008	734,4	775,9	787,3	789,8	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7
DM 2008	2.236,5	2.394,9	2.402,9	2.441,3	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5
Global 2004	5.367,6	5.747,7	5.766,9	5.859,0	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4
Euro Bond 2002	1.535,2	1.621,8	1.645,7	1.650,9	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7
Euro Bond 2004	-	-	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6
Global Bond 2009	-	-	-	3.906,0	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6
Euro Bond 2006	-	-	-	-	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0
Euro Bond 2001	-	-	-	-	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3
Global 2020	-	-	-	-	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8
Euro Bond 2010	-	-	-	-	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3
Global 2030	-	-	-	-	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7
Samurai 2003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5
Euro Bond 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3
Euro Bond 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(5.564,7)	(5.904,4)	(5.979,2)	(6.044,1)	(5.914,8)	(4.495,7)	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(518,8)	(501,4)	(488,4)	(500,2)	(504,7)	(752,3)	(732,5)	(721,4)	(741,3)	(742,3)	(758,5)	(866,4)	(873,9)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7	116.840,1	117.560,3	115.886,8	116.795,8	125.509,8	127.066,3	124.421,9	124.772,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,2%	12,9%	12,9%	12,6%	12,6%	11,5%	11,4%	11,1%	11,0%	11,7%	11,7%	11,3%	11,1%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	422.700,4	432.061,7	443.868,2	458.463,4	465.702,3	452.408,4	456.893,7	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8
I. Dívida com Mercado	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1
LTN	26.984,0	33.976,2	37.047,6	47.659,4	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6
LFT	130.254,4	128.530,5	134.563,9	143.847,0	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1
LFT-A	4.388,3	4.801,2	4.209,9	4.244,1	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6
LFT-B	20.143,5	20.216,1	20.344,8	20.137,9	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4
LFT-E	1.017,4	1.078,8	1.083,8	1.098,8	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7
NTN-A	7.414,1	7.976,8	8.040,2	7.981,1	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9
NTN-C	-	-	-	-	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1
NTN-D	27.726,1	29.158,1	29.362,1	30.143,9	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1
NTN-I	1.383,1	1.470,5	1.439,9	1.540,7	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1
NTN-P	9.933,5	10.048,9	10.128,1	10.202,0	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3
NTN-S	50.930,2	51.729,0	52.498,3	48.556,7	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-
CFT-D	2.131,4	2.293,7	2.312,3	2.293,1	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0
Demais	4.428,1	4.228,4	4.647,2	4.372,0	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4
II. Dívida com BACEN	70.915,2	70.872,9	71.928,9	69.611,4	71.979,7	53.875,5	50.149,3	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7
LTN	236,5	240,7	100,0	-	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2
LFT	34.033,8	33.494,1	33.993,5	31.676,7	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6
LFT-A	34.464,6	34.805,4	35.755,0	36.041,1	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9
NTN-A	1.934,5	2.081,9	1.824,8	1.889,9	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3
Demais	245,8	250,8	255,6	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6
III. Títulos em Tesouraria	65.051,2	65.680,6	66.261,3	66.775,2	67.292,4	51.754,2	52.182,1	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	30,5%	31,1%	31,8%	33,0%	32,8%	34,2%	34,5%	34,4%	34,7%	34,8%	35,4%	35,3%	35,0%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jul/1999	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2000
I. INTERNA	-60.252,8	-60.796,4	-62.670,6	-64.308,6	-64.877,0	-65.144,5	-66.914,1	-67.377,3	-67.125,1	-67.061,1	-69.620,0	-70.916,5	-72.597,1
Dívida contratual	273,6	273,4	273,3	273,1	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2
FAT	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2
Aplicações financeiras	-2.379,4	-2.333,2	-2.085,9	-2.113,3	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2
Fundos Regionais	-10.057,6	-10.235,9	-10.420,1	-10.572,8	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.510,2	-11.526,6	-12.068,3	-12.301,2	-12.524,6
Demais	-4.747,3	-4.824,6	-6.716,1	-6.892,6	-6.784,6	-7.211,0	-7.171,3	-7.085,0	-6.987,6	-6.839,4	-6.853,6	-7.091,9	-7.107,2
II. EXTERNA	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4	-873,9
Disponibilidades	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4	-873,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-60.771,6	-61.297,9	-63.159,0	-64.808,8	-65.381,6	-65.896,8	-67.646,7	-68.098,7	-67.866,4	-67.803,4	-70.378,5	-71.782,9	-73.470,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,5%	-6,5%	-6,6%	-6,6%	-6,6%	-6,5%	-6,6%	-6,5%	-6,4%	-6,3%	-6,5%	-6,5%	-6,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em julho/2000, foram 4,9% menores que os valores distribuídos no mês de junho/2000. Contribuiu para o ocorrido a restituição do 2º lote do Imposto de Renda Pessoa Física –IRPF no valor de R\$ 826,3 milhões. Em relação à previsão, os Fundos de Participação apresentaram um desempenho acima do esperado, por conta de arrecadação atípica registrada no mês relativa à depósitos administrativos e juros oriundos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica— IRPJ. Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, acréscimo nominal de 20,0% e 29,3%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a julho/2000 foram, em termos nominais, 7,9% maiores para o FPM e 16,3% para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em julho, as transferências por conta do IPI apresentaram um decréscimo nominal de 5,0% em relação aos valores transferidos no mês de junho/2000. Relativamente a julho/99, observou-se um aumento nominal de 16,8%. Os valores repassados de janeiro a julho de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 8,7%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/00 JUN/00	JUL/00 JUL/99	JAN - JUL/00 JAN - JUL/99
1999	853,3	856,5	8.090,0	-	-	-
2000	1.024,1	1.076,5	8.731,9	- 4,9%	+20,0%	+ 7,9%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/00 JUN/00	JUL/00 JUL/99	JAN - JUL/00 JAN - JUL/99
1999	756,7	760,8	7.128,0	-	-	-
2000	978,6	1.028,6	8.290,0	- 4,9%	+29,3%	+ 16,3%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

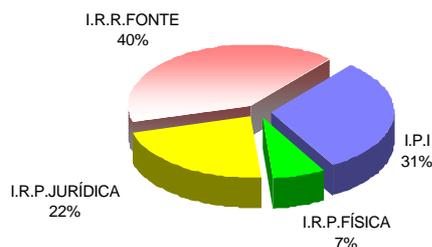
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **julho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/07**, **20/07** e **28/07**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUL	- 10,4 %	- 4,9 %	- 10,4 %	- 4,9 %	- 0,2 %	- 5,0 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em julho os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

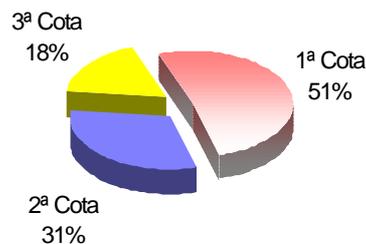
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



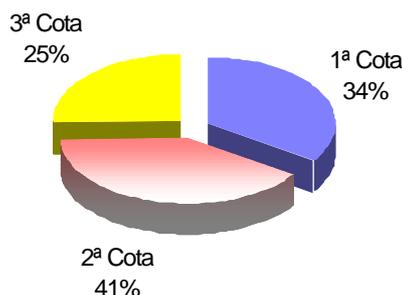
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de junho a 20 de julho conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida (Competência) Realizada			Arrecadação de Receita Classificada	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jun.	480,3	1.974,4	2.454,7						
JUL/2000	1.429,7	3.603,4	5.033,1	JUL/2000	4.551,8	831,8	870,5	118,7	321,4
1º Dec./Jul.	562,4	528,0	1.090,3	3º Dec./Jun.	2.454,7	448,6	469,5	40,8	169,2
2º Dec./Jul.	353,9	652,8	1.006,7	1º Dec./Jul.	1.090,3	199,3	208,5	47,8	80,4
3º Dec./Jul.	513,4	2.422,6	2.936,0	2º Dec./Jul.	1.006,7	184,0	192,5	30,1	71,8

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru e Adamantina (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. Na arrecadação estão incluídos todos os acréscimos legais (multas, juros e receita de dívida ativa).

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	4.781,73	28.457,41	2,92	5.866,24
AL	20.663,99	34.605,58	99,05	10.160,24
AM	11.573,51	23.211,80	1.462,01	6.884,92
AP	3.119,36	28.382,55	31,19	5.580,17
BA	78.932,92	78.161,81	6.576,77	66.293,60
CE	44.285,72	61.031,63	1.131,48	22.321,18
DF	2.113,28	5.741,39	3,36	1.386,71
ES	15.687,42	12.477,67	5.324,76	8.113,83
GO	32.377,68	23.650,18	739,69	10.017,79
MA	35.151,99	60.044,23	1.723,70	49.834,38
MG	113.402,09	37.054,53	18.674,11	36.391,99
MS	13.243,97	11.080,17	459,38	4.373,56
MT	16.860,42	19.198,15	902,20	7.984,91
PA	31.589,03	50.842,36	6.103,99	35.667,81
PB	28.105,82	39.836,22	282,97	12.638,22
PE (3)	44.945,46	57.398,96	848,37	17.123,53
PI	21.567,20	35.947,35	141,07	16.013,08
PR	59.295,28	23.983,75	11.463,95	22.211,23
RJ	26.372,99	12.708,09	6.620,61	8.065,00
RN	21.559,82	34.753,65	213,71	9.975,38
RO	7.856,87	23.421,42	105,86	5.538,38
RR	4.144,56	20.635,58	5,15	4.373,87
RS	59.028,70	19.588,28	20.206,93	22.095,39
SC	33.986,77	10.645,95	11.731,38	11.656,22
SE	12.558,32	34.565,65	94,94	8.332,74
SP (4)	115.401,38	8.318,45	23.742,87	39.646,48
TO	13.248,50	36.102,07	21,97	8.712,79
TOTAL	871.854,78	831.844,89	118.714,37	457.259,66

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru e Adamantina, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM	+ 9,0%	+ 2,0%	- 1,0%
FPE	+ 9,0%	+ 2,0%	- 1,0%
IPI-EXP	+10,0%	+ 0,5%	- 0,5%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 6,0 %
FPE	+ 10,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Out/1999	29/11/99	Fev/2000	29/03/00
Nov/1999	23/12/99	Mar/2000	28/04/00
Dez/1999	28/01/00	Abr/2000	30/05/00
Jan a Dez/99	28/01/00	Mai/2000	23/06/00
Jan/2000	29/02/00	Jun/2000	28/07/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN

Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126

Email: stndirev@fazenda.gov.br

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Boletim - Ano III nº 7

JULHO/2000

Internet: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de julho apresentaram crescimento de 10,3% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para o ocorrido, a maior participação dos recursos originários do ICMS (5,8%) e o fato da Complementação da União do mês de junho ter sido creditado aos beneficiários somente no início do mês de julho.

Origens	Junho	Partic.	Julho	Partic.	Jun/ Mai
FPM	160.087,1	12,5%	152.304,5	10,8%	-4,9%
FPE	154.297,3	12,1%	146.796,2	10,4%	-4,9%
IPI-EXP	22.047,8	1,7%	20.949,6	1,5%	-5,0%
LC 87/96	41.026,8	3,2%	41.096,5	2,9%	0,2%
Compl. União	0,0	0,0%	96.112,9	6,8%	
ICMS	900.510,4	70,5%	952.977,7	67,6%	5,8%
Total	1.277.969,4	100%	1.410.237,4	100%	10,3%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO PARA O BIMESTRE

As estimativas estão sujeitas uma margem de erro, dependendo do comportamento da arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Ago/Jul	Set/Ago	UF	Ago/Jul	Set/Ago
AC	11%	1%	PB	9%	-1%
AL	8%	1%	PR	0%	1%
AP	10%	1%	PE	16%	0%
AM	-12%	10%	PI	-10%	1%
BA	-18%	0%	RJ	17%	3%
CE	23%	2%	RN	-4%	6%
DF	10%	36%	RS	1%	3%
ES	19%	8%	RO	-16%	5%
GO	3%	3%	RR	-10%	2%
MA	-27%	-2%	SC	5%	2%
MT	-13%	6%	SP	1%	2%
MS	5%	1%	SE	8%	2%
MG	0%	1%	TO	7%	0%
PA	-9%	0%			

PORTARIA DA REESTIMATIVA DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2000

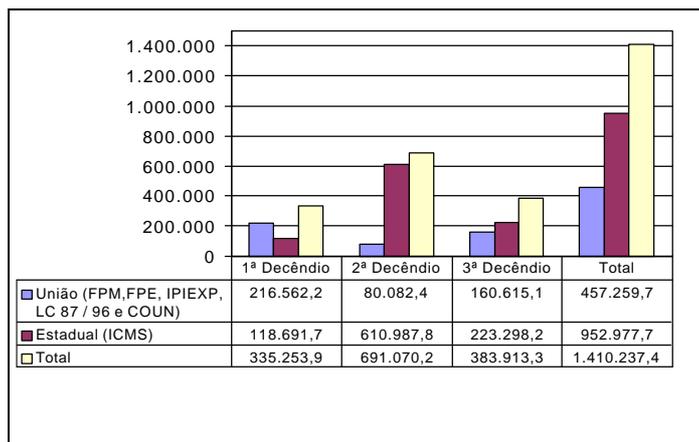
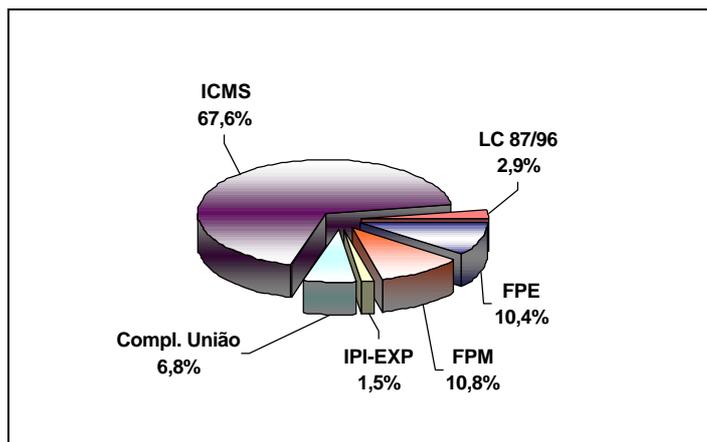
Portaria MF nº 193, de 28.06.2000, publicada no D.O.U. de 29.06.2000, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2000 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAUÍ	TOTAL
JANEIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
FEVEREIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MARÇO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
ABRIL	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MAIO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
JUNHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
JULHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
AGOSTO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
SETEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
OUTUBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
NOVEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
DEZEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
TOTAL	4.940.050	200.875.151	27.386.653	162.961.425	104.250.465	5.017.483	1.499.055	32.106.260	539.036.542

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — JULHO/2000 (EM R\$)

Estados	Matrículas	Origens						FUNDEF Total (2)	Média(em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	5.021,9	843,8	0,5	0,0	0,0	1.075,7	6.941,9	50,5	424,4
AL	643.567	6.106,9	3.646,6	17,5	389,3	0,0	6.442,6	16.602,8	25,8	204,6
AM	617.107	4.096,2	2.042,4	258,0	0,0	488,3	18.274,3	25.159,2	40,8	277,8
AP	120.297	5.008,7	550,5	5,5	0,0	15,5	1.306,0	6.886,2	57,2	460,2
BA	3.503.749	13.793,3	13.929,3	1.160,6	35.558,6	1.851,8	47.402,4	113.696,0	32,4	193,1
CE	1.660.368	10.770,3	7.815,1	199,7	3.536,1	0,0	15.555,8	37.877,0	22,8	194,8
DF(1)	343.445	1.013,2	372,9	0,6	0,0	0,0	0,0	1.386,7	4,0	34,3
ES	545.735	2.201,9	2.768,4	939,7	0,0	2.203,9	17.295,4	25.409,3	46,6	342,3
GO	1.056.956	4.173,6	5.713,7	130,5	0,0	0,0	27.115,8	37.133,6	35,1	250,2
MA	1.547.356	10.596,0	6.203,3	304,2	31.784,4	946,5	8.360,3	58.194,7	37,6	180,0
MG	3.577.550	6.539,0	20.012,1	3.295,4	0,0	6.545,4	93.772,8	130.164,8	36,4	257,7
MS	420.663	1.955,3	2.337,2	81,1	0,0	0,0	12.963,2	17.336,8	41,2	300,1
MT	567.411	3.387,9	2.975,4	159,2	0,0	1.462,4	18.715,6	26.700,5	47,1	310,0
PA	1.554.720	8.972,2	5.574,5	1.077,2	18.499,9	1.544,1	11.330,1	46.997,9	30,2	188,6
PB	816.403	7.029,9	4.959,8	49,9	598,5	0,0	8.177,1	20.815,4	25,5	200,7
PE	1.598.529	10.129,2	6.844,6	149,7	0,0	0,0	21.993,1	39.116,6	24,5	195,6
PI	720.541	6.343,6	3.806,0	24,9	5.746,1	92,4	5.528,4	21.541,5	29,9	195,0
PR	1.611.079	4.232,4	10.463,9	2.023,0	0,0	5.491,9	46.372,0	68.583,2	42,6	324,5
RJ	1.987.687	2.242,6	4.654,1	1.168,3	0,0	0,0	98.626,4	106.691,4	53,7	375,4
RN	591.812	6.133,0	3.804,7	37,7	0,0	0,0	10.281,8	20.257,2	34,2	253,5
RO	296.379	4.133,2	1.386,5	18,7	0,0	0,0	8.438,9	13.977,3	47,2	297,1
RR	78.211	3.641,6	731,4	0,9	0,0	0,0	1.822,6	6.196,5	79,2	593,1
RS	1.607.518	3.456,8	10.401,8	3.565,9	0,0	4.670,9	65.882,4	87.977,8	54,7	398,4
SC	905.771	1.878,7	5.997,7	2.070,2	0,0	1.709,6	29.621,8	41.278,0	45,6	355,3
SE	398.230	6.099,8	2.216,2	16,8	0,0	0,0	5.387,8	13.720,5	34,5	278,9
SP	5.589.263	1.468,0	19.914,9	4.189,9	0,0	14.073,7	367.909,9	407.556,4	72,9	488,2
TO	346.765	6.371,0	2.338,0	3,9	0,0	0,0	3.325,5	12.038,3	34,7	275,3
Total	32.844.682	146.796,2	152.304,5	20.949,6	96.112,9	41.096,5	952.977,7	1.410.237,4	42,9	296,7

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.